

Dados importantes sobre a questão do trabalho, do desemprego, da precarização:

FSP 18 jan 2004

LIBERALIZAÇÃO À BRASILEIRA

Segundo estudo da UFRJ, crescimento da economia entre 1990 e 2001 não compensou os efeitos da modernização tecnológica

Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos

FÁTIMA FERNANDES
DA REPORTAGEM LOCAL

A modernização tecnológica do Brasil a partir da abertura da economia, em 1990, resultou na eliminação de 10,76 milhões de empregos até 2001. As importações provocaram a redução de mais 1,54 milhão de postos de trabalho. Os números foram obtidos com base em levantamento do Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a pedido da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), que patrocina um estudo latino-americano sobre emprego e produtividade. O mesmo estudo foi encomendado ao Chile, à Colômbia e ao México.

O fim de 12,3 milhões de empregos em 11 anos no país fez com que o saldo entre criação e eliminação de vagas nesse período fosse positivo em 3,24 milhões de postos de trabalho. A demanda doméstica provocou a criação de 11,96 milhões de empregos, e as exportações, a criação de mais 3,58 milhões de vagas.

Segundo David Kupfer, coordenador do grupo, apesar de os dados demonstrarem a variação de 1990 a 2001, o total de 11 anos é computado porque os dados referentes a 1990 são do final do ano.

Saldo insuficiente

"A criação de 3,24 milhões de empregos em 11 anos não é nada, se consideramos que de 1,5 milhão a 1,8 milhão de pessoas entram no mercado de trabalho por ano no Brasil", afirma Kupfer.

Esses números consideram 39 setores da economia brasileira, agrupados em outros dez setores, com base em dados do IBGE, atualizados pelo grupo. Dos dez setores, quem mais fechou vagas por mudança tecnológica foi o setor agropecuário, com 8,98 milhões de postos. Seguem: indústria manufatureira (3,63 milhões), administração pública (902 mil) e construção civil (757 mil).

A produtividade do trabalho na agropecuária cresceu de 1990 a 2001, em média, 5,12% ao ano; na indústria, 2,52%; na administração pública, 1,21%, e, na construção civil, 1,23%, segundo o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP). Essa taxa média anual chegou a quase 9% em alguns setores - caso da indústria de refino de petróleo, que atingiu 8,8%. Apesar de o

aumento da produtividade de setores da economia ser comemorado pelo país, já que significa melhora das condições para competir tanto no país como no mercado internacional, os números obtidos pelo estudo da UFRJ preocupam, segundo economistas consultados.

"O fato é que, no Brasil, o crescimento da economia não compensa os efeitos da modernização tecnológica", afirma Kupfer. Esse quadro, diz, vale também para os anos 2002, 2003 e para 2004, pois o processo de modernização de muitos setores do país ainda está longe de ser concluído.

Máquinas agrícolas

A agricultura, um dos setores que mais eliminaram empregos em 11 anos, diz Kupfer, vai continuar com o seu processo de modernização. O percentual de pessoal ocupado nesse setor no Brasil é de cerca de 26% do total, muito maior do que o apresentado em países desenvolvidos, entre 6% e 7%. A tendência do país é aproximar-se desses números.

O setor de serviços, que, pelo estudo da UFRJ, é um dos que mais criaram vagas no período entre 1990 e 2001, já deve intensificar o processo de modernização, o que deve resultar, portanto, na diminuição de postos de trabalho.

"O país tem, assim, um enorme desafio a enfrentar: como continuar com o seu processo de modernização, necessário para competir aqui e lá fora, e criar vagas? O presidente Lula prometeu criar 10 milhões de empregos no seu governo. Isso pode não ser tão difícil. O difícil mesmo é não eliminar outros 10 milhões", diz Kupfer.

Na década, indústria fecha 805 mil vagas Divulgação

Linha de produção na indústria automobilística; mudança de tecnologia causou o fechamento de 3,6 milhões de postos de trabalho

De 90 a 2001, foram fechadas 4,3 milhões de vagas, devido à inovação tecnológica e às importações, e criadas 3,5 milhões

DA REPORTAGEM LOCAL

De 1990 a 2001, a indústria brasileira fechou 804,8 mil postos de trabalho devido à modernização tecnológica e às importações, segundo levantamento do Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da UFRJ. Apenas nove setores industriais, de um total de 28, conseguiram criar mais vagas do que reduzi-las no mesmo período.

A indústria têxtil fechou 180,4 mil empregos e lidera a lista de setores industriais que mais reduziram postos de trabalho. Em seguida vêm a indústria de mineral não metálico (98,6 mil), a de material elétrico (80,5 mil), a de equipamentos eletrônicos (78,3 mil), a de siderurgia (71,8 mil), a de artigos de vestuário (60,3 mil) e a química (45,2 mil).

A diminuição de vagas desses 28 setores industriais por mudança tecnológica chegou a 3,63 milhões e, por importações, a 684,7 mil. A demanda doméstica resultou em um aumento de 2,76 milhões de vagas e as exportações, de 748,4 mil. Isto é, o saldo é negativo em 804,8 mil vagas no período.

No setor industrial, há dúvidas se o fechamento de postos se manterá nesse ritmo ou diminuirá. "A grande questão agora é identificar quais os setores que já completaram o ciclo de modernização e os que precisam concluí-lo. É difícil dizer em que situação está cada setor", diz David Kupfer, coordenador do grupo. Kupfer acredita que, até o final deste ano, o processo mais intenso de eliminação de vagas por mudança tecnológica estará bem perto de ser concluído em alguns setores. Isso significa que o efeito demanda doméstica pode ter peso mais positivo no saldo entre criação e eliminação de vagas.

Na sua análise, o que pode mesmo elevar o emprego são políticas de governo dirigidas às demandas sociais, como construção habitacional, saneamento, saúde, educação e agricultura familiar. Os serviços sociais e os prestados às empresas, diz, também podem criar mais empregos neste ano.

Para José Márcio Camargo, professor de economia da PUC-Rio, a indústria ainda vai eliminar vagas por mudança tecnológica por alguns anos. Os setores que devem minimizar esse processo e, portanto, criar mais postos, diz, são o de serviços em geral e o de serviços sociais (saúde e educação).

"Mesmo que a economia cresça, ela será capaz de aumentar a produção sem criar muito emprego", afirma Jorge Arbache, professor de economia da UnB (Universidade de Brasília).

Para Kerlyng Cecchini, economista do IBQP (Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade), o processo de modernização tecnológica não começou de uma hora para outra e também não vai terminar dessa forma. "As empresas vão continuar com seu processo de modernização. Cabe à sociedade criar formas criativas para a geração de empregos."

Ganhos de produtividade são sempre bons para um país, o que significa usar menos insumos ou mão-de-obra e, portanto, reduzir custos. "Só que o país tem de compensar esse ganho com mais empregos para exportar e para atender à demanda doméstica. É isso, infelizmente, não ocorre no Brasil", diz Camargo.

(FÁTIMA FERNANDES)

GLOBALIZAÇÃO (20040225). Globalização aumenta a desigualdade, diz ONU.
FSP.

São Paulo, quarta-feira, 25 de fevereiro de 2004

ECONOMIA MUNDIAL

Estudo da organização aponta que abertura comercial elevou a diferença entre países ricos e pobres

Globalização aumenta desigualdade, diz ONU
DA REDAÇÃO

A globalização aumentou a diferença entre países ricos e pobres no mundo, aponta estudo da ONU (Organização das Nações Unidas), divulgado ontem, após dois anos de pesquisas.

O levantamento "A Fair Globalization" ("Uma Globalização Justa") foi realizado em parceria com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e conduzido por 26 pessoas, incluindo políticos, economistas, representantes de empresas, sindicatos e da sociedade civil, além de acadêmicos. Entre os membros do grupo estavam Joseph Stiglitz (Nobel de Economia) e a antropóloga Ruth Cardoso, ex-primeira-dama brasileira.

Nas 168 páginas do documento, os autores reconhecem que os benefícios das aberturas comerciais são "imensos": "A globalização propiciou sociedades e economias abertas, assim como maior liberdade para o intercâmbio de bens, idéias e conhecimentos".

Como exemplo, cita a China, que retirou 157 milhões da pobreza desde o início da marcha da abertura dos mercados globais, no início dos anos 90. Ao mesmo tempo, porém, o relatório diz que a pobreza (quem vive com US\$ 1 ou menos por dia) cresceu em praticamente todo o mundo, notoriamente na América Latina, na Europa Oriental e na África.

O documento ressalta que o funcionamento da economia mundial esconde desequilíbrios persistentes. "Existe uma inquietação crescente acerca do rumo que está tomando a globalização. Suas vantagens estão fora do alcance de muitos, enquanto os riscos de sua aplicação são reais. A corrupção aumentou. O terrorismo mundial ameaça as sociedades abertas. O futuro dos mercados está cada vez mais incerto. A governança global está em crise."

Entre os números apresentados estão os seguintes: 185 milhões de pessoas estão desempregadas no planeta (6,2% da força de trabalho), um recorde; a diferença entre países ricos e pobres aumentou desde o começo dos anos 90, com um grupo minoritário de nações (que representa 14% da população mundial) dominando metade do comércio mundial. No começo dos anos 60, a renda per capita nas nações mais pobres era de US\$ 212, enquanto nos países mais ricos era de US\$

11.417; em 2002, essas cifras passaram a US\$ 267 (+26%) e US\$ 32.339 (+183,3%), respectivamente.

"Vista pelos olhos da vasta maioria dos homens e mulheres, a globalização não atendeu às suas simples aspirações por empregos decentes e um futuro melhor para seus filhos", diz o relatório.

A comissão que preparou o relatório propõe uma série de medidas para melhorar a governança, tornar mais justo o comércio internacional, promover normas fundamentais de trabalho e um nível mínimo de proteção ao trabalhador. Para que as ações saíam do papel, conclama a participação de organismos internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial.

No relatório, outras críticas são contempladas: 1) o comércio mundial deve reduzir as barreiras que impedem o acesso de produtos competitivos oriundos de países em desenvolvimento; 2) os Investimentos Diretos Estrangeiros precisam de nova regulamentação, para que se destinem ao setor produtivo; 3) o sistema financeiro internacional deveria prestar um apoio mais decisivo ao crescimento global sustentado.

GLOBALIZAÇÃO (20040302). Não há boas razões para otimismo [análise das perspectivas da economia brasileira]. FSP.

TENDÊNCIAS/DEBATES

Não há boas razões para otimismo
GILBERTO DUPAS

Já sabemos que o PIB do país praticamente não cresceu em 2003. Como a população continuou a aumentar, restou ao brasileiro médio ficar ainda mais pobre. O governo garante que 2004 será o ano da virada, mas já modera sua aposta em 3,5%. Podemos até chegar lá, mas os anos seguintes é que são elas.

Recente pesquisa que coordenamos no Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (Ieei) -cujos resultados estarão em livro a ser editado pela Publifolha em breve- mostra razões para grandes preocupações quanto às condições para uma retomada auto-sustentada do nosso crescimento. Ela analisa os fatores determinantes do rápido esgotamento dos ganhos de renda com o Plano Real -após ter elevado o poder de compra dos mais pobres, com o fim da inflação aguda-, que frustrou as expectativas de retomada da dinâmica de crescimento no Brasil.

O governo se apropriou da maior fatia do pequeno crescimento do país para pagar juros e aposentadorias

Um dos aspectos centrais dessa análise foi a escalada do desemprego e da informalidade, que constroem fortemente a massa salarial, o consumo interno e a poupança familiar. Salvo raras exceções, o crescimento do PIB brasileiro no período 1995-2002 -ainda que limitado ao medíocre 0,9% per capita anual- proveio da expansão de commodities atreladas ao comportamento do mercado externo, acompanhado de fortes evidências de terceirização e de diluição do valor agregado local. A eliminação da inflação também explicitou uma série de novos conflitos redistributivos. Os efeitos das novas medidas de proteção social foram irrelevantes em termos macrossociais, apesar da inegável melhoria nos métodos de transferência e de eleição dos beneficiários. Isso porque o baixo crescimento, aliado à abertura econômica e ao aumento dos tributos, empurrou para a marginalidade muitos brasileiros, especialmente nas regiões metropolitanas.

Além do mais, os bens de menor elasticidade-renda, como os serviços de utilidade pública, apresentaram aumentos de preço muito superiores à média dos salários e dos demais bens; e os impostos diretos tiveram um

crescimento real de mais de 100% no período, reduzindo acentuadamente a renda disponível dos cidadãos ocupados. Como resultado de um ambiente instável e contracionista, o consumo das famílias e do governo -responsável por quase 80% do PIB- teve um crescimento per capita negativo, enquanto os investimentos permaneceram praticamente estagnados, impedindo o início de um novo ciclo sustentado de crescimento no Brasil do pós-Real. O resultado foi uma redução sistemática da participação dos salários e ordenados no PIB, mesmo quando adicionados das transferências brutas do governo: aposentadorias, pensões, benefícios sociais e assistenciais.

Enquanto isso, a despesa real líquida do governo com juros cresceu de R\$ 39 bilhões (1996) para R\$ 85 bilhões (2002), ou seja, quase um terço do crescimento do PIB migrou para lucros das instituições financeiras e rendas provenientes de aplicações financeiras. Com o Orçamento nacional pressionado, serviços e investimentos públicos tornaram-se variáveis críticas de ajuste e foram progressivamente deteriorados. O governo reduziu a condição de exercer suas funções típicas, perdendo capacidade operacional e legitimidade.

Além de seus impactos sobre as finanças públicas, a situação descrita teve conseqüências sérias no plano das estruturas familiares: o consumo médio das famílias brasileiras caiu 14% no mesmo período. Os dados da região metropolitana de São Paulo, que teve o pior desempenho nacional, são impressionantes. Aumentou bastante o número de famílias com rendas unicamente informais. O desemprego aberto total da região passou de 13% para 19% e o tempo médio de procura de trabalho dobrou de 25 para 50 meses, após ter se mantido relativamente estável na década 1986-95. A população trabalhando e em busca de trabalho (PEA) cresceu em 1,193 milhão de pessoas; dessas, apenas 490 mil tornaram-se ocupadas e 703 mil permaneceram desempregadas.

A taxa de desemprego dos chefes de família elevou-se de 7% para 11%. As mulheres deixaram os filhos e suas casas e correram ao mercado na condição de domésticas; como conseqüência, enquanto a queda de renda dos assalariados com carteira assinada foi de 27% entre 1995 e 2002, a categoria das empregadas domésticas foi a única que não teve queda de renda. A maior perda (41%) foi para os autônomos, sintoma trágico do avanço da precariedade; seguiram os empregadores (-32%), os assalariados do setor privado (-22%) e os do setor público (-17%).

Em resumo, no pós-Real o desemprego cresceu progressivamente, enquanto o PIB se manteve com tendência de queda. O governo, premido pelo peso da sua dívida líquida e pelos novos encargos sociais, acabou se apropriando da maior fatia do pequeno crescimento do país para pagar juros e aposentadorias; enquanto isso a formação bruta de capital e o consumo final decresceram.

Já os juros reais, fruto dos desequilíbrios interno e externo acumulados e não resolvidos, foram mantidos sistematicamente acima da taxa média de retorno dos investimentos. Não há, pois, razões para otimismo. Uma

retomada do crescimento sustentável no país só ocorrerá se, além de uma radical e permanente redução da taxa de juros reais, vigorosas políticas públicas permitirem tratar os desequilíbrios interno e externo, incluindo um choque de valor adicionado local nas exportações; e se uma expressiva recuperação da renda das famílias tornar o mercado interno favorável ao desenvolvimento. Tarefa complexa, a depender de enérgicas ações internas e de circunstâncias internacionais.

Gilberto Dupas, 61, coordenador-geral do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP, é presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais.

GLOBALIZAÇÃO (20040409). "Metas do Milênio" não devem ser cumpridas - Prazo para reduzir pobreza pode ir para 2147. FSP.

Compromisso de reduzir déficit social pode atrasar mais de cem anos, alerta Reino Unido em conferência ministerial

"Metas do Milênio" não devem ser cumpridas

Eric Feferberg/France Presse

O ministro da Economia da França, Nicolas Sarkozy (esq.), com Gordon Brown, ministro britânico do Tesouro, durante a conferência

CLÓVIS ROSSI

COLUNISTA DA FOLHA, EM PARIS

O mundo caminha para um redondo fracasso na obtenção das chamadas "Metas do Milênio", os compromissos assumidos no ano 2000 por quase todos os países, no sentido de reduzir até 2015 seus formidáveis déficits sociais.

O aviso, em tom sombrio, foi dado ontem pelo ministro britânico do Tesouro, Gordon Brown, na Conferência Ministerial sobre o Financiamento do Desenvolvimento, a enésima tentativa de tirar do cesto das promessas os objetivos sociais assumidos na Cúpula do Milênio, há quatro anos.

No caso da redução da pobreza pela metade, sempre até 2015, "sem crescimento muito maior, a África subsaariana, o Oriente Médio, o Norte da África, a América Latina, o Caribe e as economias em transição (do comunismo para o capitalismo) da Europa e da Ásia central fracassarão todas em reduzir a pobreza à metade até 2015. A melhor estimativa, para a África subsaariana, é a de que alcance a meta em 2147, não em 2015", disparou Brown.

O ministro britânico passou em revista as demais metas, e para nenhuma tinha boas notícias.

Educação - "Ao presente nível de progresso, mais de 70 países não conseguirão alcançar a universalização da educação primária na data almejada, e na África subsaariana não conseguiremos até 2129, na melhor das hipóteses, o que prometemos para 2015".

Saúde - "De acordo com as previsões do momento, a África subsaariana conseguirá nossa meta de reduzir a mortalidade infantil à metade não em 2015, mas em 2165", ou seja, dentro de 161 anos.

Depois de citar os números, Brown disse que "a escala do desafio é tal que não podemos deixá-lo para algum outro momento e para outras pessoas. Precisamos atuar agora, trabalhando juntos".

O problema dessa constatação é que é feita a cada conferência internacional sobre o tema, sem que a situação tenha mudado substancialmente, apesar de alguns progressos em certos indicadores.

"Todos sabemos que os progressos não estão à altura do desafio", reconheceu o presidente francês Jacques Chirac, em mensagem por vídeo aos cerca

de 30 ministros de Economia que participaram da conferência, ontem em Paris. Seu novo ministro de Economia, Nicolas Sarkozy, foi na mesma direção, ao perguntar: "Como fazer para evitar que nos encontremos, dentro de dez anos, no mesmo ponto de hoje, com, de um lado, promessas não cumpridas e, de outro, um sentimento de fracasso e de abandono ainda maiores?".

Brown tinha pelo menos uma resposta para a pergunta de seu colega francês: defendeu sua proposta, já antiga, de criar uma "Facilidade Financeira Internacional" destinada a financiar o desenvolvimento nos países pobres.

Funcionaria assim: seriam lançadas no mercado obrigações garantidas "pelo engajamento solene" dos países ricos, como disse Sarkozy, com o que, completou Brown, "seriam alavancados US\$ 50 bilhões adicionais, até o ano 2015, o que anteciparia a ajuda ao desenvolvimento e investimentos essenciais para atingir as metas do milênio".

Palocci

Ninguém discordou, como é natural, em se tratando de uma sugestão dentro dos mecanismos de mercado. Mas o ministro brasileiro Antonio Palocci, fiel ao ultraconservadorismo das políticas que está adotando, sugeriu, em sua exposição, "trabalhos técnicos complementares", até a efetiva implementação da medida.

Palocci sugeriu "outras idéias de financiamento", entre elas "a taxação de paraísos fiscais", mas passou muito leve e rapidamente sobre a proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de taxar o comércio de certas categorias de armas, para financiar um fundo de combate à pobreza.

A proposta de Lula foi apresentada também na França, há pouco menos de um ano, durante a reunião ampliada do G8 com 12 países em desenvolvimento. Parece ter caído no esquecimento. Ninguém tocou nela ontem.

O ministro brasileiro anunciou também que Lula está convidando líderes mundiais para uma reunião em Nova York, no dia 20 de setembro, véspera da abertura da assembleia-geral da ONU, para "conferir o necessário impulso políticos a propostas concretas" (de financiamento do desenvolvimento), "inclusive a da Facilidade Financeira Internacional" (a proposta Brown), disse Palocci.

Já o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, preferiu deslocar a ênfase para a liberalização comercial dos países ricos, que seria a melhor maneira de financiar o desenvolvimento dos países pobres. "Nada é mais importante do que resolver a questão do comércio. O comércio permite que os países sejam donos de seu futuro", disse Wolfensohn, em tese que Palocci também tocou, menos contundentemente.

TRABALHO (20030623). Concurso para gari tumultua o Centro. O Globo.

Concurso para gari tumultua o Centro

Ruben Berta e Paulo Roberto Araújo - O Globo e O Globo On Line

RIO - Apesar de todo o tumulto nas imediações do Sambódromo durante o início da manhã de hoje por causa do primeiro dia de inscrições para o concurso público de seleção de garis para a Comlurb, o diretor de gestão de pessoal da empresa, Rafael Lerner, não viu problemas na organização do processo seletivo.

- Está tudo bem organizado. O único problema foi que as pessoas estavam muito aflitas, sem necessidade. Todos podem vir com calma que serão atendidos. Tomamos todas as precauções e avisamos com antecedência a PM - disse.

Mais cedo, por volta das 7h30m, policiais do Batalhão de Choque tiveram que lançar sete bombas de efeito moral para conter a confusão. De acordo com alguns candidatos, um senhora chegou a ser pisoteada durante o tumulto.

Diversas pessoas tiveram ferimentos leves por causa de estilhaços das bombas.

Segundo a PM, cerca de 15 mil pessoas estavam nas filas. As inscrições estavam abertas hoje somente para pessoas cujos nomes começam com as iniciais A e B, mas muitos candidatos com outras iniciais apareceram no Sambódromo e não foram atendidos.

O trânsito em direção ao Centro da cidade começa a melhorar agora. O tumulto provocou grandes retenções em todas as várias vias de acesso ao Centro, como Francisco Bicalho, Radial Oeste e nas saídas do Túnel Rebouças.

TRABALHO (20040301). Reforma pode flexibilizar leis trabalhistas. FSP.

São Paulo, segunda-feira, 01 de março de 2004

MUDANÇA

Proposta de fortalecer as centrais e limitar ações dos sindicatos é criticada por especialistas; direitos podem ser negociados

Reforma pode flexibilizar leis trabalhistas

FÁTIMA FERNANDES

CLAUDIA ROLLI

DA REPORTAGEM LOCAL

A reforma sindical desenhada pelo Fórum Nacional do Trabalho vai dar mais poderes às centrais e limitar ações dos sindicatos -um perigo para os trabalhadores, na análise de especialistas. O temor é que a cúpula das centrais acabe cedendo a pressões do governo e aceite negociar direitos individuais dos trabalhadores.

"O que parece grave nesta reforma é que foi aberto caminho para que as centrais sindicais negociem direitos garantidos", afirma Luis Carlos Moro, presidente da Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas (Alal).

Isso ocorreria por meio de acordos que as centrais podem fazer nos contratos coletivos nacionais. Hoje, são os sindicatos -que estão na base da pirâmide do movimento sindical e, portanto, representam a última instância nessa hierarquia- que negociam em nome dos trabalhadores.

O Fórum Nacional do Trabalho foi instalado no primeiro semestre do ano passado para que trabalhadores, patrões e governo discutissem a reforma sindical a ser enviada ao Congresso.

Ao tomar conhecimento da proposta do novo modelo de organização sindical, com as centrais no topo da pirâmide, Moro constata que essas entidades terão poderes para, se assim desejarem, negociar direitos dos trabalhadores, como 13º e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

A preocupação de que isso venha a acontecer ganhou força após afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no mês passado, de que direitos podem ser negociados, com exceção das férias de 30 dias.

"Mesmo que não se mexa nos direitos individuais dos trabalhadores, estabelecidos no artigo 7º da Constituição, as centrais sindicais vão poder negociar direitos com as mudanças que serão feitas no artigo 8º da Constituição, que trata da organização sindical. Elas terão poder para isso", diz Moro.

Documento do grupo de organização sindical de trabalhadores mostra que o objetivo é "permitir que as centrais possam constituir suas estruturas verticais" e "fortalecer as centrais sindicais como entidades nacionais e órgãos de direção do movimento sindical".

O fato de as centrais passarem a ser reconhecidas juridicamente e, portanto, terem poder para negociar em nome dos trabalhadores preocupa alas da CUT (Central Única dos Trabalhadores) ligadas à esquerda. "A transferência de poder de negociação dos sindicatos para as centrais é horrível para o trabalhador e joga no lixo um princípio da CUT, que é o de defender a soberania das assembléias de base", diz José Maria de Almeida, diretor-executivo da Executiva Nacional da CUT.

Para ele, é o trabalhador que tem de decidir o que se negocia em seu nome e o que colocar numa convenção coletiva. "Na nova estrutura sindical não há nada que diga que essas negociações têm de ser aprovadas em assembléias. Isso é muito ruim, pois deixa para a direção das centrais o poder de decisão", diz Almeida.

Correntes sindicais de esquerda da CUT já manifestaram no passado interesse em transformar sindicato regional em uma organização nacional com a intenção de aumentar o poder de negociação em nome dos trabalhadores, o que não foi para a frente. "Agora a CUT tem o apoio do governo e dos empresários para implementar o que já queria, a subordinação dos sindicatos", diz.

O banco de horas, por exemplo, iniciativa que flexibilizou a jornada de trabalho em troca na manutenção de empregos, é algo aceito pelas centrais e contestado por parte das correntes que atuam dentro da entidade. "Se as centrais obtiverem o direito de negociar e contratar sem ouvir a base, elas podem flexibilizar direitos que estão na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] atrás da própria negociação. Isso gerou um terremoto na base da CUT", afirma Almeida.

Reação

Sindicatos descontentes com o andamento da reforma sindical marcaram para 13 e 14 de março um encontro em Brasília para lançar um movimento contra o modelo sindical delineado no fórum. "A reforma fere um princípio da OIT [Organização Internacional do Trabalho], que é o da liberdade sindical. A criação de sindicatos agora terá de ser autorizada pela central", diz Almeida.

Para Jorge Luís Martins, diretor da Executiva da CUT que disputou com Luiz Marinho a eleição da central, a organização sindical proposta pelo fórum "engessa" o movimento sindical.

O fortalecimento das centrais, no entanto, segundo especialistas ligados ao Cesit (Centro de Estudos Sindicais da Unicamp), tem seu lado positivo porque combate a pulverização sindical. Mas é preciso, afirmam, que a nova estrutura possibilite a criação de instituições sólidas, com capacidade para negociar. E que haja mecanismos de aferição e consultas para referendar acordos mais gerais.

As regras da nova estrutura sindical não estão claras, mas o que se espera é que os sindicatos tenham o espaço de negociação preservado. As centrais não vão substituir os sindicatos, mas vão estabelecer parâmetros. E está previsto nos acordos mais gerais que elas indicam quais questões podem ser negociadas em âmbito local. O sindicato perde um pouco do seu poder absoluto de autonomia nas negociações, mas ganha nos acordos mais amplos.

Na avaliação do professor da USP Arnaldo Mazzei Nogueira, da área de relações do trabalho, o governo Lula está, com a reforma sindical, promovendo "a ascensão "institucionalizada" do movimento sindical brasileiro." "Apesar da crise de desemprego, que afeta brutalmente a ação e o poder de negociação dos sindicatos, no Brasil eles têm sido valorizados, seja com a conduta do governo, seja com a reforma sindical."

Essa valorização, diz o professor, decorre em função de vários fatores: 1) o atual governo tem 45 líderes sindicais da CUT em cargos importantes, 2) foi eleito com apoio maciço do movimento sindical e 3) permitiu aos sindicatos ampliarem sua atuação -como negociar juros com os bancos para fornecer aos trabalhadores empréstimos consignados em folha de pagamento das empresas.

"O grande erro do governo FHC foi ter atropelado os sindicatos e tentar flexibilizar a legislação sem apoio do movimento sindical", afirma. "Com a proposta do fórum, o governo Lula reconhece as centrais, acomoda essas entidades na atual estrutura, para só depois discutir a reforma trabalhista."

TRABALHO (20040801). Crescem os empregos com salários baixos. FSP.
São Paulo, domingo, 01 de agosto de 2004

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

POR BAIXO

Número de trabalhadores formais que ganham até dois mínimos cresceu de 68% para 72% entre 2002 e 2004

Crescem os empregos com salários baixos
CLAUDIA ROLLI
FÁTIMA FERNANDES
DA REPORTAGEM LOCAL

Cresce o número de empregos formais no país, mas é cada vez mais precária a qualidade das vagas criadas. Sete em cada dez trabalhadores que entraram no mercado de trabalho com carteira assinada ou voltaram para ele entre janeiro e junho deste ano receberam entre meio (R\$ 130) e dois salários mínimos (R\$ 520).

Esse é o perfil do 1,034 milhão de empregos criados (saldo entre os 5,69 milhões de admissões e os 4,66 milhões de demissões) no Brasil no primeiro semestre deste ano, segundo estudo inédito feito pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), com base no Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho.

A qualidade do emprego tem piorado ano a ano. No primeiro semestre de 2002, último ano do governo FHC, 68% dos trabalhadores ganhavam até dois mínimos. No mesmo período de 2003, primeiro ano do governo Lula, esse percentual subiu para 71,93%. Neste ano, chegou a 72,13%.

O trabalhador demitido foi substituído por outro que ganha até 40% menos no primeiro semestre deste ano, dependendo do setor em que trabalhava. O achatamento salarial é um fenômeno que se verifica desde 1995, quando o Caged passou a divulgar dados para o período de janeiro a junho.

Na média de todos os setores, a redução salarial foi de 14% no primeiro semestre deste ano, considerados os valores nominais. Trata-se de um fenômeno exemplificado pela troca de um salário de R\$ 100 por outro de R\$ 85,96.

No ano passado e em 2002, o achatamento foi da mesma ordem -variou entre 14% e 15%. Mas em 2001, ano em que a economia sofreu com os efeitos do "apagão", o rebaixamento de salários foi menor: de 10,3%.

Precariedade

"O país está gerando mais emprego com carteira assinada, mas a qualidade desse emprego é precária. Isso tem impacto tanto na recuperação do poder aquisitivo do trabalhador como no crescimento da economia", diz José Silvestre, supervisor do Dieese.

Pelo levantamento, a maior parte dos postos de trabalho (2,2 milhões) abertos no primeiro semestre oferece remuneração na faixa de 1,01 a 1,5 salário mínimo -o que representa 38,76% do total de vagas abertas (5,7 milhões).

Outro 1,3 milhão de trabalhadores foi contratado por 1,51 a 2 mínimos -ou 22,52%. Mais 996,7 mil estão na faixa de 2,01 a 3 salários, o que equivale a 17,49%.

As contratações são significativamente menores nas faixas superiores a três salários mínimos (R\$ 780). Os salários pagos na faixa de 7,01 a 10 mínimos (R\$ 1.822,60 a R\$ 2.600) representam apenas 0,94% das admissões.

O emprego neste ano está mais precário do que no ano passado. No primeiro semestre de 2003, dos 5,03 milhões de vagas abertas, 36,97% estavam na faixa de 1,01 a 1,5 mínimo. No mesmo período de 2002, essa faixa salarial equivalia a 36,97% do total de contratados (5,04 milhões).

O achatamento de salários por meio da troca de salários maiores por menores é constatado em todos os setores da economia.

Indústria lidera

Na indústria, a rotatividade da mão-de-obra resultou em uma redução salarial de 16%. De janeiro a junho, a renda mensal média dos demitidos era de R\$ 601, e a dos contratados, de R\$ 505.

A diminuição salarial no comércio foi, em média, de 14,5%. No setor de serviços, de 13,5%. Na construção civil, de 9%. Já na agricultura, o achatamento nos salários chegou a 8,3%.

"São sinais ruins. São indícios de que a tendência é de deterioração do padrão de remuneração do setor formal da economia", afirma Claudio Dedecca, professor da Unicamp. Para ele, apesar de haver recuperação do emprego, é preocupante a troca de empregados com achatamento de salários.

"O crescimento econômico depende de aumento de gastos públicos, de investimentos do setor privado e de recuperação da renda para o consumo. Isso não está ocorrendo", afirma Dedecca.

O Caged mostra rebaixamento na renda do trabalhador, enquanto o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a Fundação Seade/Dieese identificam ligeira recuperação no rendimento dos ocupados. É que o Caged considera apenas o mercado de trabalho formal no setor privado.

IBGE e Seade/Dieese medem o emprego formal e informal em seis regiões metropolitanas, nos setores público e privado. A recuperação da renda, quando ocorre, de acordo com as pesquisas dessas instituições, é de

forma pontual (não-contínua) e mais concentrada no mercado informal, dizem os especialistas.

"A renda no mercado informal reage mais rapidamente do que no formal porque esse setor lida com valores mais baixos", diz Silvestre. Na pesquisa divulgada pelo Seade/Dieese na semana passada, o rendimento de quem não tem carteira assinada cresceu 3,6% em maio na comparação com abril. O dos com carteira, 1,8% no mesmo período.

O Caged mostra um cenário diferente. "A massa salarial [soma de todos os salários] dos admitidos não cresce na mesma proporção do emprego", diz Álvaro Comin, diretor-científico do Cebrap (Centro Brasileiro de análise e Planejamento). Enquanto a massa salarial cresceu 13,18% de janeiro a junho de 2004 em comparação a igual período de 2003, o emprego (saldo de admitidos e desligados) subiu 84,4%.

De janeiro a junho de 2004, o trabalhador admitido colocou no bolso R\$ 490 por mês, em média. Enquanto a renda média dos demitidos no mesmo período foi de R\$ 570 mensais.

O metalúrgico José Carlos de Alencar Dias, 26, conta que viveu "na pele" o rebaixamento de salários. "Há três anos recebia salário de R\$ 800. Fiquei desempregado e consegui emprego com carteira assinada em uma autopeça da Mooca em março deste ano por R\$ 450", diz. "As empresas exigem cada vez mais qualificação, escolaridade, mas não estão pagando muito mais por isso."

Constituído com base em informações enviadas mensalmente pelas empresas, o cadastro tem servido de vitrine oficial dos avanços na expansão do emprego formal anunciados pelo governo.

POR BAIXO

Pesquisa revela que há crescentes restrições a benefícios como pagamento de aluguel e escola para os filhos

Altos executivos sofrem os efeitos da "juniorização"
DA REPORTAGEM LOCAL

A elite do mundo corporativo já sofre achatamento de salário. Sai o executivo com rendimento maior e mais experiência e entra o profissional mais jovem, com menor salário e menos benefícios. É a chamada "juniorização" no alto escalão das empresas.

A tendência foi constatada em pesquisa realizada pela Lens & Minarelli, empresa de recolocação de executivos, com 400 profissionais que ganhavam acima de R\$ 10 mil mensais. São gerentes, diretores e presidentes demitidos de companhias de vários setores no segundo semestre de 2002 -período pré-eleitoral- e durante o ano de 2003 - primeiro do governo Lula.

Para Mariá Giuliese, diretora-executiva da consultoria e coordenadora da pesquisa, o achatamento salarial reflete o encolhimento do mercado de

trabalho, a globalização, a redução de investimentos e o aumento de fusões e de aquisições de empresas.

"Em vez de um executivo para cada país da América Latina, agora um só diretor cuida da região de forma global", diz Giuliese.

Além do corte nos salários, benefícios como pagamento de escola para os filhos, de aluguel e de viagens estão mais restritos. "As empresas oferecem benefícios que, na verdade, são instrumentos de trabalho, como carro, laptop e assinatura de jornais. O benefício deixa de ser um atrativo e passa a ser uma necessidade."

"O que constatamos é que há uma forte pressão para diminuir salários e cortar benefícios. A empresa demite um profissional sênior e coloca em seu lugar um júnior para comandar a companhia", afirma.

Para muitos, um "alívio"

Essas mudanças no mercado de trabalho do alto escalão tiveram forte impacto nos profissionais. A demissão, antes motivo de preocupação e estresse, virou "alívio".

No levantamento, 34,1% dos profissionais informaram que se sentiam aliviados com a demissão. No estudo anterior, realizado em 2001 e no primeiro semestre de 2002, eram 24,4%. Ao mesmo tempo, caiu de 56,6% para 46,8% o índice de executivos que se sentiram revoltados com a demissão.

"As pressões e o aumento das exigências no trabalho provocaram essa inversão de valores", diz a coordenadora da pesquisa. Segundo ela, a substituição de executivos de salários mais altos por mais baixos é uma tendência que se intensificou desde 2001.

Para Iêda Novais, sócia da consultoria Mariaca & Associates, o corte nos salários é uma tendência mundial "sem volta".

"As empresas estão mais espartanas. Só uma nova guerra de talentos, como a que ocorreu em 2000/1 com as empresas de telecomunicações, poderia mudar essa realidade. Para ganhar muito, um executivo tem de dar muito resultado para a companhia em que trabalha", afirma Novais.

De acordo com levantamento feito pelo Dieese a partir de dados do Caged (cadastro do Ministério do Trabalho) do primeiro semestre deste ano, o achatamento salarial é maior entre os trabalhadores com escolaridade mais alta.

A redução de salários entre os profissionais com curso superior completo admitidos e demitidos foi de 24,6%. Exemplo: uma vaga ocupada por um executivo que ganhava R\$ 10 mil foi trocada por outro com salário de R\$ 7.540.

Na média, o achatamento salarial é de 14%. Essa redução foi menor (de 5%) entre os empregados sem escolaridade. (CR e FF)

Nos EUA, vagas pecam por falta de qualidade
INAIÊ SANCHEZ

DA REPORTAGEM LOCAL

Apesar de haver alguma melhora nos números de contratações no mercado norte-americano nos últimos meses, não há o que comemorar quando o assunto é a qualidade das vagas, avalia Stephen Roach, economista-chefe do Morgan Stanley.

No estudo "A Armadilha da Qualidade de Emprego na América", publicado recentemente, ele avalia que tais condições são sérias o suficiente para ameaçar a recuperação sustentável da economia, já que uma mão-de-obra mal remunerada tem, obviamente, baixo poder de compra.

Ao analisar detalhadamente os números das diferentes indústrias de março a junho de 2004, Roach diz que as principais fontes de emprego foram restaurantes, agências de contratação temporária e serviços de construção. Juntos, eles responderam por 25% do crescimento das contratações no período.

Além disso, a admissão também cresceu em outras indústrias na ponta mais baixa da escala hierárquica, ou seja, em supermercados, lojas de roupas, serviços de lavanderia etc. Este último grupo de indústrias foi responsável por 19% do crescimento das vagas no período. Somando tais segmentos, os empregos de pior qualidade responderam por cerca de 44% das contratações no período de março a junho.

Como comparação, as vagas de melhor qualidade foram responsáveis por 29% das admissões nos mesmos quatro meses.

TRABALHO (20040801). Sem trabalho sustentam crescimento. JB.
O espetáculo da informalidade

Mercado de trabalho dá sinais de recuperação, mas, para cada vaga formal, surgiram 10 sem carteira durante o governo Lula

Marcelo Kischinhevsky

A recuperação do mercado de trabalho, tão festejada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, vem ocorrendo principalmente por meio da abertura de vagas sem carteira assinada. Em 18 meses de gestão do PT, o saldo de empregos com carteira é de apenas 23 mil, contra 240 mil informais. Ou seja, para cada posto formal de trabalho aberto, surgiram outros 10 no universo da informalidade.

Os dados são da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que cobre as seis principais regiões metropolitanas do país. Os números não levam em conta a sazonalidade, ou seja, a variação da taxa de pessoal ocupado conforme o período do ano. Tradicionalmente, o desemprego recua no segundo semestre, com a abertura de vagas temporárias para as vendas de Natal, e cresce no primeiro com a dispensa desta mão-de-obra.

Mas, mesmo que seja comparada a taxa de junho frente a igual mês do ano anterior, o crescimento de vagas sem carteira assinada continua liderando: a expansão de postos informais foi de 8,6% no período, contra 3,2% dos postos com carteira. O gerente da PME, Cimar Azeredo Pereira, afirma, no entanto, que os números vêm melhorando e que a recuperação sempre começa com o crescimento da informalidade e só depois se dissemina para ocupações menos precárias.

- É o segundo mês de aumento no emprego formal. Não dá para dizer que a bandeira está toda hasteada: está a meio pau, mas subindo - avalia, lembrando que 2003 foi um ano particularmente ruim. - Este ano, já houve uma desaceleração da perda do poder de compra.

De fato, se o emprego dá mostras de reação, o rendimento dos trabalhadores continua em queda, mas num ritmo mais lento. Em 2003, a renda chegou a acumular queda de 16,4% em nível nacional e de 19,5% no Rio de Janeiro frente ao ano anterior. Em junho encolheu, respectivamente, 0,5% e 4,5%. A explicação para o comportamento divergente entre a ocupação e o rendimento é simples: o informal tem menos margem de negociação das perdas salariais. "Depende do desenvolvimento da empresa e da cara boa do chefe", reconhece Cimar.

O diretor do Instituto de Economia da UFRJ, João Sabóia, concorda que o ano passado, com desemprego em alta até novembro, foi atípico e que agora há sinais de melhora no mercado de trabalho. Mas ainda tem dúvidas sobre o que é efeito sazonal e o que é efetiva recuperação.

- O mercado de trabalho ainda está muito ruim. São 2,5 milhões de desempregados e mais 2,8 milhões de pessoas que nem fazem parte da População Economicamente Ativa, porque não estão mais procurando emprego, mas que gostariam de estar trabalhando - aponta.

O retrato da PME tromba com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, que acompanha a criação de vagas formais de Norte a Sul do país. É do Caged, que tem cobertura nacional, o saldo positivo de 1 milhão de empregos com carteira no primeiro semestre anunciado pelo presidente Lula e pelo ministro Ricardo Berzoini há uma semana.

Mas mesmo o Caged mostra um cenário pouco animador nos grandes centros urbanos. Nas nove principais regiões metropolitanas, o crescimento de postos de trabalho com carteira foi de 0,44% em junho (43,8 mil), contra 1,39% (126,5 mil) nas demais áreas. No primeiro semestre, a vantagem para o interior é ainda maior: mais 592,2 mil empregos formais (expansão de 6,88%), contra 255 mil nas principais metrópoles (2,61%).

- Houve um amplo movimento de descentralização da produção industrial ao longo dos anos 90 e isso se refletiu na geração de postos de trabalho no interior e no esvaziamento dos grandes centros urbanos - concorda Sabóia, que ainda considera a PME mais representativa, pelo fato de o Caged depender das informações prestadas pelas empresas.

A perspectiva para os próximos meses, contudo, é de expansão generalizada no emprego, acredita Luiz Eduardo Parreiras, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

- Em 2000, último ano em que houve forte crescimento econômico, até agosto mais de 80% das vagas abertas eram informais, devido à estagnação do mercado nos dois anos anteriores. Mas em setembro a expansão chegou também aos empregos com carteira - lembra.

De sol a sol, por menos de um mínimo

Bruno Rosa

Especial para o JB

Guilherme Dacosta

Leonardo procurava emprego há um ano e, esta semana, conseguiu uma vaga sem carteira assinada: "É pegar e não largar"

Os papéis, na maioria das vezes, são rejeitados ou rapidamente dispensados pelos que passam a seu redor. Mesmo assim, Leonardo Alves, de 18 anos, insiste. Distribuir folhetos de salão de cabelereiro, das 9h30 às 18h, é tarefa cansativa, que rende apenas R\$ 50 por semana, ou seja, R\$ 200 por mês, bem abaixo dos R\$ 260 estipulados como salário mínimo nacional pelo governo, em maio. Mas é a primeira oportunidade de trabalho que Leonardo encontrou na vida.

Carteira assinada, nem pensar. Pelo menos, recebe benefícios como tíquete-refeição e vale-transporte, o que ajuda nos deslocamentos. À noite, estuda perto de casa em Nilópolis, de olho num futuro melhor.

- O contrato é verbal, se você for pedir para eles assinarem a carteira de trabalho, nem te querem mais. É pegar e não largar. Só aceitei porque não conseguia nada - disse Leonardo, que procurava uma colocação no mercado de trabalho há um ano e só na semana passada conseguiu a vaga, engordando as estatísticas do trabalho informal.

Vera Regina, de 41 anos, já vinha tentando um emprego formal há três anos. Há dois meses, conseguiu uma chance, mas sem carteira assinada, como Leonardo. Sua tarefa: distribuir panfletos e anunciar, como um cartaz ambulante, empresas que compram vale-transporte e tíquete-refeição.

- Tudo é feito de boca. Você chega, assina um papel para comprovar que foi trabalhar e fica o dia inteiro na rua. No fim do dia, ganha R\$ 15 e a passagem para voltar para casa - diz Vera, casada e com dois filhos entre 15 e 18 anos.

O Segundo Grau completo e os cursos de informática no currículo não ajudaram. Ela acredita que, hoje, o trabalho sem carteira é a única saída.

- As coisas estão muito difíceis. Não tem emprego. Já cansei de procurar, pedir para amigos e deixar currículos em empresas que recrutam. Mas, trabalhar de carteira assinada é cada vez mais um sonho - afirma.

TRABALHO (20040912). "Mecanização [da agricultura] engorda fileira de sem-terra". FSP.

São Paulo, domingo, 12 de setembro de 2004

Envie esta notícia por e-mail para assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

LAVOURA MODERNA

Uso de máquina no campo gera onda de desempregados em fazendas de monocultura no Centro-Oeste

Mecanização engorda fileira de sem-terra

TIAGO ORNAGHI

DA AGÊNCIA FOLHA, EM ACREÚNA (GO)

A modernização do agronegócio, principalmente no Centro-Oeste, está gerando uma onda de desempregados nas fazendas de monocultura que se juntam em acampamentos de sem-terra.

Casos já foram localizados em Goiás e em Mato Grosso pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e por entidades não ligadas à reivindicação pela reforma agrária, como a Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás e a UDR (União Democrática Ruralista).

O coordenador nacional do MST João Pedro Stedile admite que a dispensa dos agricultores acaba facilitando o trabalho de convencimento do movimento.

"O MST não precisa mais fazer trabalho de base, o agronegócio está fazendo por nós."

Neste ano, segundo Ernani Lopes Sobrinho, gerente da Agência Rural de Goiás, órgão da Secretaria da Agricultura, 3.905 famílias deixaram empregos em fazendas monocultoras e foram para acampamentos, aumentando de 6.560 para 10.465 as famílias acampadas no Estado, desde o começo dos trabalhos da atual safra, em abril. O aumento é de 59,53%.

"Esse aumento considerável na quantidade de famílias acampadas é resultado do alto índice de mecanização das lavouras de cana, soja e algodão", afirmou o superintendente substituto do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de Goiás, Antônio Pereira de Almeida.

O pesquisador Philip Fearnside, da Coordenação de Pesquisas em Ecologia do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), diz que algumas culturas, como a soja, o algodão e a cana, que têm alto grau de mecanização, geram, em média, apenas um emprego para cada 200 hectares.

- Os trabalhadores que faziam a colheita de algodão manualmente não tinham vínculos empregatícios com os produtores. Apesar de morar em áreas das fazendas, eles recebiam por empreitada, fosse no preparo dos campos, durante o plantio ou, mais comumente, na época da colheita.
- Quando essas pessoas foram dispensadas, não receberam nenhum tipo de rescisão ou seguro. Atualmente, alguns agricultores que estão nos acampamentos chegam a trabalhar na colheita de tomates, para alguns fazendeiros da região. Para cada 15 quilos colhidos, ganham R\$ 3. Mas o volume de trabalho não é suficiente para garantir ocupação a todos.
- O presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan Garcia, diz que, apesar das dispensas de trabalhadores rurais estar ocorrendo, o agronegócio como um todo é gerador de emprego, pois as atividades que desaparecem no campo ressurgem nas cidades em funções ligadas ao processamento da produção. "A cadeia completa do agronegócio está gerando emprego no Brasil. Gera emprego justamente onde existe desemprego: nos centros urbanos."
- "Mas a situação atual é muito delicada. Progressivamente, vai acabar a mão-de-obra no campo", pondera Nabhan Garcia.
- O presidente da UDR também aponta o o rigor do Ministério do Trabalho pela opção dos produtores pela mecanização.
- "Nas fronteiras agrícolas, para fugir das acusações de trabalho escravo, os produtores estão partindo para a mecanização. É muito caro manter toda uma estrutura como a cobrada pelo Ministério do Trabalho para pessoas que trabalham apenas por algumas semanas durante o ano. Uma acusação de uso do trabalho escravo desapropria as terras. Para a limpeza do campo, um trator com um tratorista faz o trabalho de 50 homens em um dia. Você vai dar emprego e correr o risco de ser desapropriado? A própria radicalização do ministério causa o desemprego", afirmou.
- O Ministério do Trabalho, por meio da assessoria de imprensa, declarou que, por não ter dados recentes sobre o desemprego no campo -o último censo rural é de 1996-, não iria comentar o assunto.

FRASE

"O MST não precisa fazer trabalho de base, o agronegócio está fazendo por nós"

Máquinas avançam e campo tende a ficar com menos empregados
DA AGÊNCIA FOLHA, EM ACREÚNA (GO)

A mecanização do campo é um fator natural e irrefreável e o desemprego gerado por ela uma consequência da modernização da agricultura, na opinião de agricultores e da UDR (União Democrática Ruralista).

Para pesquisadores e para a CPT (Comissão Pastoral da Terra), entidade que defende a reforma agrária nos moldes da agricultura familiar, o

desemprego e a concentração de renda propiciada pela mecanização devem ser combatidos.

Segundo o pesquisador Philip Fearnside, da Coordenação de Pesquisas em Ecologia do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), a soja, o algodão e a cana, devido ao alto grau de mecanização de suas produções, geram, em média, apenas um emprego para cada 200 hectares.

"Os poucos empregos gerados são de técnicos ou de operadores de máquinas. Os demais trabalhadores recebem salários aviltados e trabalham, muitas vezes, em condições degradantes", diz o secretário nacional da CPT, Antônio Canuto.

De acordo com Bernardo Mançano, do Nera (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária), da Unesp (Universidade Estadual de São Paulo), a própria palavra agronegócio é "uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista". Segundo ele, a cana e o feijão desempregam 400 pessoas para cada vaga criada com a mecanização. Em média, as culturas do agronegócio fecham 11 vagas para cada trabalhador contratado.

Para Mançano, os cálculos apresentados para justificar que o agronegócio é a grande força das exportações brasileiros estão equivocados. "Pelo menos 50% da produção agrícola e pecuária é da policultura de pequenas propriedades familiares que são apropriadas pelo agronegócio."

"O agronegócio cresceu tanto que virou uma coisa sacralizada. Quando se analisa, nos censos agropecuários de 1995 e 1996, a produção de propriedades que têm apenas mão-de-obra familiar ou um ou dois empregados no máximo, se vê que elas são responsáveis por metade da produção agrícola brasileira. Mas, com o mito de que o agronegócio é o grande produtor, ele fica com 90% das verbas de financiamento da agricultura", disse Mançano.

Segundo a Agência Rural de Goiás, ligada à Secretaria da Agricultura do Estado, a mecanização da lavoura de algodão cria um emprego para cada 60 funcionários dispensados que trabalhavam manualmente na produção.

A deputada estadual Isaura Lemos (PDT-GO) explica que esses novos empregos não são preenchidos totalmente por empregados antigos das fazendas. "Como a operação desse maquinário exige conhecimentos específicos, trabalhadores com esse preparo foram "importados" para trabalhar nas fazendas mecanizadas."

O presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan Garcia, diz que, ao analisar o agronegócio como um sistema inteiro, nota-se que ele é gerador de empregos. Segundo ele, são gerados empregos em outros pontos da cadeia econômica, como nas indústrias de processamento das produções nas cidades e no complexo exportador.

Para ele, a mão-de-obra no campo está vivendo suas últimas safras. "O agronegócio não pode ficar para trás. É natural que ele se modernize para competir lá fora."

Os ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Trabalho, que não quiseram comentar a substituição do trabalho no campo, não têm dados atualizados sobre o desemprego rural. O último censo agropecuário é de 1996. Estudos para a realização de um novo censo estão sendo concluídos. (TO)

Em 20 anos, SP elimina colheita manual da cana
DA REDAÇÃO

A mecanização é "quase inevitável", mas o homem não deve ser esquecido nesse contexto, diz Ademir Müller, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Para ele, os trabalhadores devem ter crédito de longo prazo do governo para comprar terra e tempo e possibilidade de requalificação.

Um dos exemplos citados por Müller é o da cana-de-açúcar. A cada máquina que passa a operar, pelo menos cem trabalhadores deixam de trabalhar. Nesse setor, a mecanização acabou sendo uma exigência das próprias leis ambientais, e os trabalhadores terão até duas décadas para readaptar-se.

Preocupação com o social, adaptação a custos de produção e exigências ambientais levaram o setor a ter uma legislação específica para a queima da palha da cana no Estado de São Paulo -o maior produtor nacional.

Segundo essa lei, de 2000, os produtores paulistas têm de reduzir a queima da cana em 25% a cada cinco anos.

Sem a queima, a colheita deixará de ser manual, e feita apenas por máquinas. Dois motivos devem afastar os trabalhadores da colheita da cana crua: queda na produtividade e o perigo de serem atacados por animais peçonhentos, como cobras.

Prefeito em GO demite 2.000 trabalhadores
DA AGÊNCIA FOLHA, EM ACREÚNA (GO)

O maior produtor individual de algodão do país, o prefeito de Acreúna (GO), Wander Carlos de Souza (PMDB), demitiu 2.000 empregados de suas fazendas em maio. Os trabalhadores foram dispensados depois de o proprietário ter adquirido 18 colheitadeiras em uma feira agropecuária de Ribeirão Preto (SP). O preço de mercado estimado para as máquinas é de R\$ 7,2 milhões.

Os trabalhadores, que preparavam a terra, plantavam o algodão e faziam a colheita da safra, se juntaram para formar um acampamento de sem-terra, que logo se tornou o maior do Estado. Hoje, depois de desmembrado, eles estão em vários acampamentos espalhados por uma extensão de 30 km nas margens das rodovias vicinais que ligam as fazendas em que trabalhavam à BR-080.

Esses acampamentos pertencem ao MST e a outros movimentos que reivindicam a reforma agrária no Estado.

Marcelina Miguel Carneiro, líder de um acampamento de desempregados da lavoura de algodão organizado pela Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás), conta que, na colheita deste ano, quando praticamente todos os grandes produtores da região utilizaram colheitadeiras, os sem-terra aproveitaram para recolher o que eles chamam de "restolho".

Depois que a colheitadeira passa, um resto de algodão fica no chão. Organizados em uma fila, os desempregados são autorizados pelo proprietário da terra a juntar do chão esse "restolho" para depois tentar vender por cerca de R\$ 4 cada saco de 15 quilos.

"Processo normal"

"Não existe trabalho para os braçais como nós. Somos na maioria analfabetos. Só o "restolho" sobrou para nós", disse Carneiro, cercada por três crianças com menos de 3 anos cada uma, que vivem no acampamento. As demais 22 crianças, entre 4 e 14 anos, do acampamento de Carneiro vão diariamente para a cidade estudar na escola municipal.

O prefeito e fazendeiro Wander Carlos de Souza afirmou que esse é um processo normal da evolução do campo. "Não podemos ficar parados no tempo. A indústria da agricultura e da pecuária exige que seja promovida uma mecanização na produção. É um processo que não pode ser interrompido", disse.

A produção de Souza é estimada em 4% da produção nacional, que é de 2,2 milhões de toneladas. Quase toda a produção é destinada para a Coteminas, empresa têxtil da família do vice-presidente José Alencar (PL). (TO)

TRABALHO (20040920). Elite instruída leva 98% dos empregos. FSP.
TRABALHO

Empresas nas grandes cidades procuram trabalhadores com 11 anos de estudo e com idade igual ou superior a 40

Cresce oferta de emprego para mais velho
JULIANNA SOFIA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Trabalhadores que freqüentaram a escola por, no mínimo, 11 anos e com pelo menos 40 anos de idade. Esse é o perfil profissional que o mercado de trabalho das grandes cidades passou a exigir dos candidatos a um emprego desde o segundo semestre de 2003, quando a economia começou a dar sinais de recuperação.

Estudo elaborado pelo Ministério do Trabalho, ao qual a Folha teve acesso, mostra que, entre julho de 2003 e julho deste ano, 98% das vagas oferecidas nas seis maiores regiões metropolitanas do país foram preenchidas por pessoas com 11 anos ou mais de estudo -isto é, com pelo menos o ensino médio completo.

Os dados, com base em informações da PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revelam que 64% das pessoas que conseguiram emprego no período tinham 40 anos ou mais.

Para a coordenadora do Observatório do Mercado de Trabalho, Paula Montagner, a demanda por esse perfil de trabalhador não é surpresa. "As pessoas nessa faixa etária são justamente as que estudaram mais, porque viveram o milagre econômico [década de 70]. Elas têm mais escolaridade, estudaram em instituições de ensino de melhor qualidade, além de terem mais experiência", diz.

Na avaliação da coordenadora, esse comportamento do mercado de trabalho é típico dos períodos de retomada do crescimento econômico. Aconteceu em 2000, em menor escala, e se repete agora.

Em processos de recuperação da economia, o mercado trabalho é marcado pelo excesso de oferta de mão-de-obra e somente os mais qualificados se sobressaem.

"Nesse primeiro momento de recuperação da economia, o mercado dá uma peneirada e escolhe quem tem mais experiência e escolaridade", afirma.

Nas demais faixas de escolaridade, os dados revelam que houve praticamente estabilidade. Pessoas com até oito anos de estudo perderam postos no período (18.661 vagas). Entre nove e dez anos de escolaridade, o crescimento do emprego foi de apenas 30.630 vagas.

Habilidades

Além da escolaridade, ela relata que o mercado busca pessoas mais velhas porque têm mais experiência e habilidades. "As grandes empresas

passaram por um processo de enxugamento muito intenso. Pessoas qualificadas perderam emprego. Agora, esses trabalhadores agregam um valor que médias e pequenas empresas querem aproveitar", diz Montagner.

Na faixa entre 10 e 21 anos, a geração de empregos no período julho/2003-julho/2004 foi de 67.324 postos (8,6% do total). Entre 22 e 39 anos, o contingente foi maior: 215.817 postos, o que representa 27%.

Na avaliação da coordenadora, embora os dados do IBGE sejam restritos às seis regiões metropolitanas, esse fenômeno deve estar acontecendo de forma generalizada nas grandes cidades. "Eu diria que pelo menos nas 22 regiões metropolitanas", acrescenta.

Montagner afirma que as exceções ficam por conta dos empregos gerados no setor agrícola, na indústria extrativista e de transporte. "No Nordeste, a exigência também pode ser um pouco menor do que no restante do país", afirma.

Tempo de espera

Apesar da recuperação do emprego, a coordenadora afirma que ainda é preocupante o tempo que os desempregados passam procurando uma ocupação. De julho de 2003 para julho de 2004 cresceu o número de trabalhadores que deixaram ou perderam o emprego há mais de 12 meses. Em 2003, eles representavam 55,6% do total de desocupados. Em 2004, passaram para 61,3%.

"A nossa rede de proteção social não está preparada para isso. O desemprego não recebe o seguro-desemprego durante todo esse tempo. Eles contam com uma estratégia familiar para sobreviver."

Os dados mostram ainda que o número de desocupados há menos de 12 meses caiu. De 38,5% do total de desempregados para 33,1%. A desocupação há menos de 30 dias ficou praticamente estável: de 5,8% para 5,4%.

FRASE

As pessoas nessa faixa etária são as que estudaram mais, porque viveram o milagre econômico. Elas têm mais escolaridade, estudaram em instituições de ensino de melhor qualidade, além de terem mais experiência

PAULA MONTAGNER do Observatório do Mercado de Trabalho

Exigência de estudo é maior que a habitual
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A exigência de ensino médio completo como pré-requisito para um emprego surpreendeu o Ministério do Trabalho. Na avaliação da coordenadora do

Observatório do Mercado de Trabalho, Paula Montagner, os 11 anos na escola estão num patamar mais elevado do que o da média cobrada pelos empregadores na hora da contratação de pessoal.

"Nunca observei na história recente do mercado de trabalho brasileiro uma concentração tão clara em pessoas com segundo grau completo", diz Montagner.

O estudo do Ministério do Trabalho, com base nos dados da PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revela ainda que está havendo uma crescente exclusão do mercado de trabalho de pessoas com menor escolaridade.

"Embora o contingente de desocupados mostre decréscimo no número daqueles com escolaridade menor que o ensino médio, o seu contingente na condição de ocupados praticamente não se alterou no período em análise, indicando que passam a integrar a população não ocupada", afirma o documento técnico.

A coordenadora explica que a demanda por trabalhadores com mais anos de estudos pode ser justificada pelo excesso de mão-de-obra. Como a demanda por trabalho é muito grande, na tentativa de fazer um primeiro filtro entre os candidatos, se impõe esse limite. "Os custos para uma seleção são altos. É preciso fazer um corte para evitar uma procura muito grande."

Por esse motivo, para evitar filas quilométricas nas portas das empresas, os departamentos de recursos humanos exigem o ensino médio completo como critério de seleção prévia.

Para ela, depois que a demanda por emprego se acomodar em níveis mais baixos, a exigência pode não ser tão grande. "Depois de rebaixada a demanda, enquanto não houver mais tanta gente com esse perfil profissional, os mais jovens, por exemplo, passarão a ser absorvidos pelo mercado, se houver continuidade no crescimento da economia."

A análise dos dados da pesquisa ainda permite concluir que a maior parte das pessoas que foram incorporadas à PEA (População Economicamente Ativa) nas regiões pesquisadas tinha escolaridade mais elevada.

A conclusão vem dos seguintes fatos: houve queda pequena no número de desempregados com escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo. No entanto quase a totalidade das vagas foi preenchida por pessoas com exatamente esse grau de educação. (JS

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

DE VOLTA

Secretária e gerente do setor de seguros não ficam três meses sem trabalho

Qualificado obtém vaga facilmente
DA REPORTAGEM LOCAL

Mara Melo, 48, secretária bilíngüe, e Álvaro Trilho, 40, do setor de seguros, não imaginavam que dois meses e meio após enfrentarem um processo de demissão estariam novamente empregados. Na Grande São Paulo, o trabalhador levava em julho, em média, 55 semanas para achar uma vaga, segundo a Fundação Seade e o Dieese.

Demitida em janeiro, Mara teve o apoio da empresa para conseguir novo emprego. Mas, por indicação de uma colega, ocupa desde março a função de secretária-executiva na sede do grupo Pão de Açúcar.

"Fiquei preocupada quando comecei a buscar emprego porque tenho mais de 40 anos. De 65 empresas procuradas, seis me chamaram para entrevistas e só uma me ofereceu um emprego. Mas acabei acertando com o Pão de Açúcar, que não se importou com minha idade."

Trilho, 40, ficou desempregado por dois meses e meio. No dia 16 de agosto começou a trabalhar como gerente corporativo de seguros da Votorantim Participações. "Trabalho com seguros há 14 anos e por isso não tive tanta dificuldade para encontrar uma vaga. Esse mercado está certamente mais aquecido do que há um ano."

Segundo ele, no ano passado, um profissional especializado em seguros levava de quatro a oito meses para encontrar um emprego. "Eu levei dois meses e meio. Foi muito rápido", diz.

"As empresas estão optando por operários acima dos 40 anos e com mais qualificação, mesmo na linha de produção", afirma o operário Roberto Larrussa, 42, recém-contratado da metalúrgica Aro, em Guarulhos. (FF e CR)
